

Empresa terá de explicar problemas em Diadema

Elaine Granconato

Do Diário do Grande ABC



Hoje, a partir das 14h, na Câmara de Diadema, os representantes da TKTI Consultoria, empresa responsável pela votação eletrônica do Conselho Tutelar, terão de explicar a série de irregularidades ocorridas exatamente no dia 26 de julho, data em que a população foi, espontaneamente, votar em uma das 20 escolas municipais espalhadas pela cidade. O ponto principal será a dança dos números entre total de votos, de eleitores registrados no sistema e assinaturas coletadas nas atas. Mais uma vez, a imprensa deve ser impedida de acompanhar o depoimento.

Na EM (Escola Municipal) Tiradentes, por exemplo, foram registrados 301 eleitores, mas teve apenas uma assinatura. Na EM Santa Rita a situação não foi diferente. A ata apontou 255 votos, porém registrou 278 eleitores e 262 assinaturas. As mágicas dos números, no entanto, não foram contestadas pelo Ministério Público nem pela Comissão Eleitoral do CMDCA (Comissão Municipal da Criança e do Adolescente), órgão vinculado ao governo Mário Reali (PT) e responsável pelo pleito que elegeu dez conselheiros tutelares para mandato de três anos.

Além da divergência de números, outras irregularidades foram verificadas no processo, tais como urnas sem funcionamento na abertura do pleito, ausência da foto do candidato na tela do computador e problemas com a zerésima (operação que comprova a inexistência de votos gravados na memória). Sem obrigatoriedade do voto, muitos eleitores desistiram ao chegar nas escolas - muitas com filas. No total, 40 urnas foram espalhadas por 20 instituições de ensino. Outro fato curioso é que, mesmo sem o voto ter sido obrigatório, a eleição do Conselho Tutelar 2009 teve número elevado de votos brancos e nulos. Fato este, aliás, que deverá ser questionado pelo presidente e autor da CPI, Lauro Michels (PSDB). O relator da comissão é Orlando Vitoriano (PT).

Depois dos problemas na votação eletrônica durante o dia, a TKTI enfrentou pressão na apuração noturna. Por volta das 20h, pane no sistema implicou em contagem manual dos votos, o que revoltou os candidatos do Conselho Tutelar e até mesmo alguns vereadores. Até hoje, ninguém explicou as irregularidades ocorridas neste pleito eletrônico, contratado pela administração municipal para dar "agilidade" à apuração.

O Legislativo encaminhou o ofício de convocação para José Carlos Seisuki Gushi, nome que consta nos autos como um dos representantes da TKTI. A empresa foi contratada pela Prefeitura de Diadema por R\$ 47.900, após processo de licitação que teve de ser refeito por problemas apontados por um dos concorrentes. Gushi não foi localizado pela reportagem para falar sobre o assunto.

Composição - Dos dez eleitos, cinco são do PT, um do PMDB e outro do PCdoB, partidos aliados à administração petista. Os três restantes são do PSB, sigla que deve compor com o governo nos próximos dias, após o retorno do vice-prefeito Gilson Menezes aos quadros da legenda socialista. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) estabelece que o conselheiro tutelar tem de ser autônomo e sem vinculação partidária. Na prática, porém, não é o que ocorre.

Depois de oito anos, uma CPI voltou a ser instaurada em Diadema. Foi aprovada por requerimento em 10 de setembro, com mais de um terço dos votos, conforme prevê o Regimento Interno e a LOM (Lei Orgânica do Município).

NOTÍCIAS RELACIONADAS

1. Nenhuma notícia relacionada cadastrada.

Envie sua sugestão de matéria

